

ECONOMIA

Solução para precários do Estado encrava nos sindicatos

Fesap e Frente Comum pedem reunião de urgência com as Finanças para discutirem portaria. PCP e BE também propõem alterações e querem garantir que o processo arranca o mais breve possível

Função pública Raquel Martins

Os sindicatos da função pública pediram uma reunião urgente com o Governo para discutirem o projecto de portaria que permitirá dar início ao processo de regularização dos precários do Estado. No Parlamento, também o PCP e o BE fizeram chegar ao Governo propostas de alteração e esperam receber, até amanhã, a versão final da portaria.

A intenção do Governo era que o diploma fosse publicado ainda esta semana, mas com o pedido de reunião dos sindicatos e com o processo de diálogo com o PCP e com o BE ainda em curso, isso já só de-

verá acontecer no início da próxima semana. A portaria é uma peça essencial para iniciar o processo de identificação dos trabalhadores a abranger pelo Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

Os pedidos seguiram no início da semana, e tanto a Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) como a Frente Comum aguardam uma resposta do Ministério das Finanças. Embora não tenha solicitado reunião com a secretária de Estado, a dirigente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Helena Rodrigues, acredita que, a acontecer, todas as estruturas serão convocadas.

“A Fesap enviou na terça-feira uma carta à secretária de Estado da Administração Pública, Carolina Ferra, a pedir uma reunião antes de a portaria ser publicada”, precisou ao PÚBLICO o coordenador da Fesap, José Abraão. Embora o projecto não lhe mereça grandes objecções, o dirigente defende que deve ficar claro que “ninguém que tenha um falso contrato de substituição ou uma falsa prestação de serviços fica excluído”. Por outro lado, quer perceber melhor como é que as comissões irão funcionar e como será garantida a paridade.

Também a Frente Comum (que junta os sindicatos da função pública da CGTP) enviou na segunda-feira um pedido de reunião “com carácter

A portaria é uma peça essencial para iniciar o processo de identificação dos trabalhadores no Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública

de urgência” à secretária de Estado, assim como a sua análise à portaria. Ana Avóila, dirigente da estrutura, defende que o processo não deve partir da iniciativa dos trabalhadores, mas dos serviços, à semelhança do que aconteceu em 1997. “Os ministérios devem fazer a lista dos precários, depois discute-se a forma como devem ser integrados, faz-se um diploma com os procedimentos e as comissões só devem servir para resolver eventuais conflitos”, diz.

O STE está a finalizar o parecer e conta enviá-lo ao Governo ainda nesta quinta-feira. Helena Rodrigues não faz comentários sobre o projecto de portaria, lembrando que foi pedida confidencialidade.

Apesar de algumas das suas reivindicações terem sido incluídas no projecto de portaria (o facto de o PREVPAP abranger as carreiras especiais e não se cingir aos trabalhadores com horário completo), tanto o BE como o PCP entendem que há margem para melhorar o documento e estão ainda a dialogar com o Governo. A expectativa é que conheçam a proposta final até sexta-feira.

José Soeiro, deputado do BE, explicou ao PÚBLICO que há duas questões essenciais que devem ser alteradas: a garantia clara de que os trabalhadores em *outsourcing* serão abrangidos pelo PREVPAP e a paridade das comissões que irão avaliar a situação de cada trabalhador, de modo a garantir o equilíbrio entre os representantes do Governo e os dos sindicatos (no projecto inicial as comissões têm quatro representantes dos ministérios e três dos sindicatos). Para o deputado bloquista é também “muito importante” que as comissões – na sua análise sobre se as funções desempenhadas pelo trabalhador são ou não necessidades permanentes – tenham em conta “a situação de facto” e não as necessidades futuras do serviço.

Do lado do PCP, a deputada Rita Rato diz que o objectivo é garantir que “todas as situações [de precariedade] serão consideradas”, em particular os trabalhadores temporários ou em *outsourcing*.



Na última reunião, a secretária de Estado da Administração Pública, Carolina Ferra, tinha-se disponibilizado a receber os sindicatos

raquel.martins@publico.pt